

BRIGA DE FOICE: BOLSONARO VERSUS ECONOMISTAS DO PARANÁ

Gilmar Mendes Lourenço

Em nota divulgada na edição de 19 de junho de 2018, do jornal Gazeta do Povo, o Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-Pr) rechaçou, de maneira veemente, as observações feitas pelo pré-candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, em entrevista concedida para o mesmo veículo de comunicação em 13 de junho.

Apesar de reconhecer e demonstrar publicamente enorme déficit de conhecimento e capacidade de compreensão de aspectos relativos à economia, mesmo contando com apoio de um excelente e experiente profissional do ramo, o liberal Paulo Guedes, o postulante ao cargo de mandatário do país, sentiu-se bastante confortável para imputar a responsabilidade pelas sucessivas crises brasileiras aos economistas e ao malogro de seus planos.

A figura de Bolsonaro, com forte probabilidade de passagem para o segundo turno no pleito de 2018, a julgar pelas sondagens de opinião dos principais institutos de pesquisa (Datafolha e Ibope), expressa o desejo, manifestado por parcela nada desprezível da sociedade brasileira, de retorno de um regime político centrado no radicalismo de direita, materializado na participação ativa das instituições militares, defendida majoritariamente por agentes sociais detentores de noções bastante distorcidas do cotidiano nacional dos tempos da ditadura, vigente entre 31 de março de 1964 e março de 1985.

O candidato tem se notabilizado pela intenção de não exposição a riscos ou de minimização das chances de rejeição, com a permanente recusa em participar dos debates de primeiro turno e a sonegação de informações detalhadas da plataforma de campanha e, principalmente, das propostas de medidas econômicas a serem executadas em caso de êxito eleitoral.

O primitivismo genérico empregado por Bolsonaro para desqualificar os economistas poderia ser aplicado a qualquer outra classe profissional.

Na verdade, o primitivismo genérico empregado para desqualificar os economistas poderia ser aplicado a qualquer outra classe profissional. Mais precisamente, em algum momento Bolsonaro poderia culpar os professores pela falência da educação, os engenheiros e caminhoneiros pela deterioração da infraestrutura de transportes, os médicos pelo caos na saúde pública, os veterinários pela gripe aviária e peste suína, dentre outras metástases produzidas por mais um câncer político a ser extirpado pela democracia brasileira.

Considerando tratar-se de um ser destituído daquelas condições mínimas necessárias para a formulação e negociação de um projeto de nação, em suas múltiplas facetas, a despeito do potencial eleitoral aferido pelas instâncias de

investigação do comportamento social, contestar Bolsonaro em posições assumidas em assuntos econômicos afigura-se tarefa tão fácil que poderia ser comparada a chutar animais raivosos mortos.

No entanto, é prudente apreender que o conteúdo da resposta emitida pela entidade de representação dos economistas traduz uma visão parcial e equivocada no que tange à presença e contribuição deste profissional nas ações de planejamento e construção do processo de evolução do capitalismo no Brasil e suas respectivas flutuações cíclicas, incluindo as marchas cadentes. Mais que isso, a defesa da tese de que o alcance da precária situação presente deriva da insuficiente participação de economistas constitui evidente falha primária de diagnóstico.

O conteúdo da resposta emitida pela entidade de representação dos economistas traduz uma visão parcial e equivocada.

Urge entender que a função básica do economista - elaborar estudos de viabilidade ou calcular, antecipadamente, as possibilidades de êxito de um projeto específico ou de toda a política econômica de um país – foi, não poucas vezes, subjugada no Brasil com o envolvimento do profissional em intrincados arranjos políticos gestados por alianças hegemônicas de poder, legitimadas ou não pelo voto popular.

A interferência decisiva de economistas em diferentes estágios da trajetória brasileira pode ser ilustrada com o Plano de Metas, implementado pelo governo Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960 e calcado na internacionalização do crescimento do investimento, que teria produzido a figura do entreguista Roberto Campos (Bob Fields). No intervalo 1968-1973, o titular da fazenda na administração Costa e Silva – depois junta militar, com a morte de Silva, e Emílio Médici -, Delfim Neto, montou o chamado Milagre Econômico, caracterizado pela perversa conjugação entre enorme dinamismo econômico e intensa ampliação da desigualdade social.

Entre 1975 e 1979, Reis Veloso, ministro do planejamento de Geisel, viabilizou a cobertura financeira dos projetos de investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com a captação dos petrodólares a juros flutuantes. Na sequência, no biênio 1979-1980, a dupla composta por Delfim Neto e Ernane Galvêas - ministros do planejamento e fazenda, respectivamente, da gestão Figueiredo -, após o choque do petróleo e dos juros, forçou exponencial expansão do consumo privado doméstico, na contramão da recessão global, e precipitou, por consequência, a crise do endividamento externo brasileiro.

Na segunda metade da década de 1980, a geração de economistas cruzadistas do governo Sarney, dedicados à perseguição da estabilidade macroeconômica amparada em congelamentos de preços e elevações dos salários reais médios acima das variações da produtividade do sistema, edificaram o quadro de superinflação de 1989-1990.

Em 1990, Zélia Cardoso de Melo, ministra da fazenda de Collor, assessorada por jovens economistas de distintos matizes, promoveu o maior confisco financeiro da história do capitalismo ou a maior intervenção do estado na economia brasileira que, além de ensejar enorme desorganização no ambiente de negócios, culminou em impedimento do presidente, no segundo semestre de 1992.

Em 1999, a nação foi palco da instituição da banda diagonal endógena da taxa de câmbio, executada pelo presidente do Banco Central, no início do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), Francisco Lopes, diante da necessidade de ajuste do Plano Real, que resultou em disparada da cotação do dólar e quebra dos bancos Marka e FonteCindam, apostadores na intocabilidade do real.

Por fim, a nova matriz econômica - sustentada por crédito farto e subsidiado ao consumo das famílias, em detrimento do investimento, renúncias tributárias a grupos empresariais amigos da rainha, e populismo tarifário e cambial - capitaneada por Guido Mantega (fazenda) e Dilma Rousseff (presidente), criaturas do ex-presidente Lula, redundou na impulsão do déficit e endividamento público que, escondida parcialmente por contabilidade criativa e pedaladas fiscais, transformou-se em campo fértil para a instauração do rito de impeachment da chefe de estado, em maio de 2016.

Não obstante a falta de percepção ou até negação do envolvimento direto de peças da categoria dos economistas em diversos episódios da marcha histórica do país, em muitos deles em flagrante dissociação com os elementos mais elementares da ciência-mãe, a iniciativa de reação imediata e corajosa do Corecon-Pr deve ser louvada.

Isso porque, o arrojo do Conselho esteve ancorado na contestação das afirmações irresponsáveis, proferidas pelo pré-candidato Bolsonaro, em clara tentativa de ridicularizar uma categoria social encarregada da aragem de campo extremamente complexo, sujeito a incontáveis injunções de natureza política, e desconhecido por ele próprio.

O engrandecimento da atitude do Corecon-Pr é igualmente oportuno ao se observar que a mesma prontidão e empenho estiveram ausentes, em abril de 2018, quando a autarquia federal revelou subserviência tácita à postura autoritária e partidarizada assumida pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), ao lançar uma carta aberta à nação, que conclamava a insurreição contra o “estado de exceção”, supostamente reinante no país.

*O Corecon-Pr revelou
falta de percepção do
envolvimento direto dos
economistas em diversos
episódios cadentes da
marcha histórica do país.*